

Clipping Diário

TJPI



25.03.2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Diário do Povo	25.03.2019	-	-

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

TJ-PI prioriza julgamentos de casos envolvendo violência contra a mulher

O presidente do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), desembargador Sebastião Martins, pediu, durante a solenidade de instalação do Fórum Piauiense de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fopivid), que magistrados com atuação em varas criminais deem prioridade ao julgamento de casos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher. O evento aconteceu no Pleno do TJ-PI, e contou ainda com palestras e discussões sobre a temática.

“Este é um dia histórico

para o Tribunal de Justiça do Piauí. Vivemos em um estado culturalmente machista e precisamos extinguir essa cultura de violência contra a mulher, seja física, psicológica ou outras manifestações, principalmente a mais grave delas, que é o feminicídio. Aproveite essa oportunidade para pedir aos juízes que priorizem o julgamento de processos criminais que têm a mulher como vítima”, afirmou o desembargador Sebastião Ribeiro Martins durante discurso de abertura do Fórum. O presidente lembrou ainda que o fortalecimento

da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher é uma das três prioridades da atual gestão do TJ-PI.

A magistrada Carmem Ferraz, diretora da Comunicação da Associação dos Magistrados Piauienses, que representou a magistratura à mesa de abertura do evento, destacou a importância da criação do Fopivid, especialmente considerando o atual momento de crescimento dos casos de violência contra a mulher.

Já o coordenador da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Es-

tado do Piauí, desembargador José James Pereira, ressaltou a necessidade de o Fórum se consolidar como ambiente de discussões pertinentes à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher e de aperfeiçoamento da atividade jurisdicional realizada nos juizados e varas especializadas.

O Fopivid contou com palestras sobre “A Atuação de Magistrados(as) na Matéria da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”, proferida pelo juiz Ben-Hur Viza, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar do Núcleo Bandeirante, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJ-DFT), e sobre “Ações de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher Desenvolvidas pelo Judiciário Piauiense”, ministrada pela servidora Leina Mônica, assistente social da Coordenadoria da Mulher do TJ-PI.

Ainda dentro da programação do evento, os participantes elegeram a Diretoria do Fopivid e aprovaram o Regimento Interno do Fórum. A Diretoria é assim composta: juiz José Olindo Gil Barbosa, titular da 5ª Vara Criminal de Teresina (presidente); juiz Sérgio Fortes, titular da 4ª Vara Criminal da comarca de Picos; e magistrado Georges Cobiniano, juiz auxiliar da 1ª Vara Criminal de Parnaíba.



Desembargador Sebastião Martins, presidente do Tribunal de Justiça

Foto: Divulgação

Foto: Divulgação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Diário do Povo	25.03.2019	-	-

RODOVIAS

TJPI desbloqueia R\$ 10,5 mi das contas do Governo do Estado

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, cassou a decisão da juíza de Itainópolis, Mariana Marinho Machado, e determinou o desbloqueio de R\$ 10,5 milhões, das contas do Estado.

O dinheiro tinha sido bloqueado para garantir as

obras da rodovia PI-245, que liga os municípios de Picos a Itainópolis. E por conta do descumprimento de uma ordem judicial de julho do ano passado. Essa rodovia está em obras a cerca de dez anos.

A sentença foi resultado de uma ação do Ministério Público contra o Departa-

mento de Estradas e Rodagem do Estado do Piauí (DER-PI), responsável pelas obras da estrada. A construtora Hidros é a executora das obras de recuperação da PI-245.

Mas houve o questionamento, devido a situação precária das rodovias do Estado, se todo juiz de comar-

ca entendesse de bloquear as contas para garantir as obras nas estradas de acesso a essas cidades, inviabilizaria o Governo do Estado.

Na época foi previsto o ajuste financeiro do contrato com a construtora Hidros, bem como o cronograma de obras até 1º de fevereiro de 2019.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

TJ-PI prioriza julgamentos de casos de violência contra a mulher



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 Graus	25.03.2019	-	-

TJ-PI recebe doação de terreno para construção do novo fórum de Floriano

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), desembargador Sebastião Ribeiro Martins, recebeu do prefeito de Floriano, Joel Rodrigues, na manhã desta sexta-feira (22), o termo de doação do terreno onde será construído o novo Fórum da cidade, no bairro São Borja. O processo licitatório para a construção da obra já está em andamento e a previsão é de que a ordem de serviço seja assinada no mês de julho. O investimento estimado é da ordem de R\$ 9,6 milhões.

De acordo com o projeto arquitetônico, o prédio contará com 2.104,07 m² de área construída e quatro blocos, que abrigarão as 1^a, 2^a e 3^a Varas, o Juizado Especial Cível e Criminal, auditório para 125 pessoas. Cada unidade judiciária contará com secretaria, sala de audiências, gabinete com recepção, sala de assessores e banheiro privativo. No caso do JECC, haverá inda salas para juízes leigos e conciliadores.

O Fórum contará ainda com estrutura para realização de audiências de custódia, com duas salas para assistentes sociais e psicólogos, uma sala de atendimento ao detento, um posto médico, duas salas para Núcleo de Penas Alternativas, uma sala de audiência, um gabinete com banheiro privativo, duas celas (feminina e masculina), um banheiro, uma sala de papiloscopia e uma sala de pré-distribuição.

O projeto prevê ainda salões para bens apreendidos, espaço para arquivo de documentos, copas e banheiros para servidores, banheiros para público, depósito geral, sala de certidões, salas para a Defensoria Pública, Ministério Público e OAB, além de salas de depoimentos sem danos, guarita e lixeira para coleta seletiva.

Todo o projeto está em consonância com a Resolução n° 114/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário. A norma regulamenta áreas mínimas para cada ambiente, disposição de rampas, banheiros acessíveis, balcão de atendimento, por exemplo.

Link: <https://180graus.com/cenario-politico/tj-pi-recebe-doacao-de-terreno-para-construcao-do-novo-forum-de-floriano>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	25.03.2019	-	-

Inquérito contra Firmino Filho passa a correr em segredo de Justiça

O inquérito policial que investiga o prefeito [Firmino Filho](#) por irregularidades na contratação do [Instituto Curitiba de Informática – ICI](#), hoje denominado Instituto das Cidades Inteligentes, passou a tramitar em segredo de Justiça.

O instituto, contratado sem licitação, recebeu, no período de 2013 e 2017, o [valor de R\\$ 32.174.808,39](#) (trinta e dois milhões, cento e setenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e trinta e nove centavos).

O segredo dos autos vai de encontro a regra constitucional que prevê a publicidade dos atos judiciais, principalmente por se tratar de investigação que apura possíveis malfeitos relacionados à aplicação de dinheiro público e envolver a atuação de agentes públicos.

Processos que correm em segredo de Justiça tem os dados limitados as partes e aos seus advogados. O relator do inquérito é o desembargador Erivan Lopes, da 2ª Câmara Especializada Criminal.

Inquérito foi aberto pelo Greco

O inquérito foi [instaurado através da portaria nº180/2019](#), de 29 de janeiro de 2019, da delegada Tatiana Nunes de Araújo Trigueiro, membro do Greco, atendendo requisição do Ministério Público do Estado do Piauí (MP-PI), através do procurador-geral de Justiça Cleandro Alves de Moura, por meio de sua Assessoria Especial Criminal. No dia 13 de março de 2019, os autos foram enviados ao Tribunal de Justiça do Piauí com pedido de dilação de prazo para a continuidade das investigações.

ICI foi contratado sem licitação para prestar serviços na Semec e Secretaria Municipal de Finanças O instituto foi contratado para desenvolver serviços especializados de informática “visando o desenvolvimento institucional e tecnológico do município, especialmente da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, para o

dimensionamento técnico dos requisitos preliminares, implantação, customização, manutenção, suporte, consultoria, orientação e técnicas do Projeto de Modernização da Gestão Pública Administrativa”. O ICI também firmou contratos com a Secretaria Municipal da Educação – Semec e Secretaria Municipal de Finanças.

A dispensa do procedimento de licitação não significa que o contratado poderia ser livremente escolhido, principalmente se outros puderem prestar os serviços por menor preço. O Instituto Curitiba de Informática (ICI) é uma associação civil sem fins lucrativos com gestão privada, mas com objetivo público, fundada em 1999 com atuação em todo o território nacional.

A empresa atua como organização social e presta serviços a Prefeitura de Curitiba desde os anos 90. Nos últimos anos o instituto firmou inúmeros convênios com prefeituras de vários estados e com o Distrito Federal. Posteriormente, verificou-se que o ICI é apenas uma “fachada” com vários “braços” que são várias empresas de informática vinculados ao Instituto, que assumem os encargos por ele firmados.

O instituto é alvo de investigação pelo Ministério Público do Paraná que apura eventuais crimes cometidos contra a lei de licitações e peculato por meio de organização criminosa **Greco vai pedir relatório ao COAF** **Relatório** de investigação feito por policiais do Grupo de Repressão ao Crime Organizado – Greco, realizado por determinação da delegada Tatiana Nunes de Araújo Trigueiro, que preside o inquérito que investiga o prefeito Firmino Filho e o Instituto Curitiba de Informática - ICI, aponta valores superdimensionados no contrato feito entre a Prefeitura de Teresina e o instituto, tendo sido utilizados apenas 56,33% do total de recursos públicos previstos inicialmente na contratação.

O documento recomenda que a investigação deve ser realizada sobre outras empresas que prestem serviços a Prefeitura de Teresina e que tenham o mesmo objeto do contrato, no caso a prestação de serviços de informática. Para os investigadores, devem ser analisados os vínculos familiares, profissionais ou de afetividade entre gestores (prefeitos ou secretários), representantes do povo (vereadores) e servidores públicos em contratações entre a administração pública e pessoas físicas ou jurídicas (empresas) que possam configurar em ações que visem a beneficiar financeiramente grupos políticos utilizando recursos públicos.

O documento finaliza [recomendendo a solicitação de ‘Relatório de Inteligência Financeira RIF’ junto ao COAF](#) – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, “sobre a empresa [Instituto Curitiba de Informática – ICI] e os principais agentes públicos que estariam ligados direta ou indiretamente ao contrato, para conclusão das investigações e

produção de dados e informações que sirvam para instrumentalizar o relatório da atividade policial”. O relatório de investigação foi juntado ao inquérito no dia 12 de fevereiro de 2019.

Pagamentos ano a ano

O ICI recebeu da Prefeitura de Teresina, desde 2013, o valor de R\$ 32.174.808,39 (trinta e dois milhões, cento e setenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e trinta e nove centavos), assim distribuídos:

2013 - R\$5.042.383,88

2014 - R\$10.214.600,0

2015 - R\$2.550.007,01

2016 - R\$7.986.590,00

2017 - R\$6.381.227,50

Em junho de 2017, o ICI foi substituído, através de contrato emergencial e sem licitação, pela empresa RGM Informática Ltda que atuaria como um braço do instituto. O contrato emergencial foi de R\$ 6 milhões.

link: <https://www.gp1.com.br/noticias/inquerito-contra-firmino-filho-passa-a-correr-em-segredo-de-justica-451252.html>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	25.03.2019	-	-

TJ recebe doação de terreno para construção de fórum de Floriano

O processo licitatório para a construção da obra já está em andamento e a previsão é de que a ordem de serviço seja assinada no mês de julho. O investimento estimado é da ordem de R\$ 9,6 milhões.

23/03/2019 11h47 - atualizado 11h48

O presidente do [Tribunal de Justiça do Estado do Piauí \(TJ-PI\)](#), desembargador [Sebastião Ribeiro Martins](#), recebeu do prefeito de Floriano, [Joel Rodrigues](#), na manhã desta sexta-feira (22), o termo de doação do terreno onde será construído o novo Fórum da cidade, no bairro São Borja. O processo licitatório para a construção da obra já está em andamento e a previsão é de que a ordem de serviço seja assinada no mês de julho. O investimento estimado é da ordem de R\$ 9,6 milhões.

De acordo com o projeto arquitetônico, o prédio contará com 2.104,07 m² de área construída e quatro blocos, que abrigarão as 1^a, 2^a e 3^a Varas, o Juizado Especial Cível e Criminal, auditório para 125 pessoas. Cada unidade judiciária contará com secretaria, sala de audiências, gabinete com recepção, sala de assessores e banheiro privativo. No caso do JECC, haverá ainda salas para juízes leigos e conciliadores.

O Fórum contará ainda com estrutura para realização de audiências de custódia, com duas salas para assistentes sociais e psicólogos, uma sala de atendimento ao detento, um posto médico, duas salas para Núcleo de Penas Alternativas, uma sala de audiência, um gabinete com banheiro privativo, duas celas

(feminina e masculina), um banheiro, uma sala de papiloscopia e uma sala de pré-distribuição. O projeto prevê ainda salões para bens apreendidos, espaço para arquivo de documentos, copas e banheiros para servidores, banheiros para público, depósito geral, sala de certidões, salas para a Defensoria Pública, Ministério Público e OAB, além de salas de depoimentos sem danos, guarita e lixeira para coleta seletiva.

Todo o projeto está em consonância com a Resolução nº 114/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário. A norma regulamenta áreas mínimas para cada ambiente, disposição de rampas, banheiros acessíveis, balcão de atendimento, por exemplo.

LINK: <https://www.gp1.com.br/noticias/tj-recebe-doacao-de-terreno-para-construcao-de-forum-de-floriano-451180.html>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	25.03.2019	-	-

TJ-PI recebe doação de terreno para construção do novo fórum de Floriano

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), desembargador Sebastião Ribeiro Martins, recebeu do prefeito de Floriano, Joel Rodrigues, na manhã desta sexta-feira (22), o termo de doação do terreno onde será construído o novo Fórum da cidade, no bairro São Borja. O processo licitatório para a construção da obra já está em andamento e a previsão é de que a ordem de serviço seja assinada no mês de julho. O investimento estimado é da ordem de R\$ 9,6 milhões.

De acordo com o projeto arquitetônico, o prédio contará com 2.104,07 m² de área construída e quatro blocos, que abrigarão as 1^a, 2^a e 3^a Varas, o Juizado Especial Cível e Criminal, auditório para 125 pessoas. Cada unidade judiciária contará com secretaria, sala de audiências, gabinete com recepção, sala de assessores e banheiro privativo. No caso do JECC, haverá ainda salas para juízes leigos e conciliadores.

O Fórum contará ainda com estrutura para realização de audiências de custódia, com duas salas para assistentes sociais e psicólogos, uma sala de atendimento ao detento, um posto médico, duas salas para Núcleo de Penas Alternativas, uma sala de audiência, um gabinete com banheiro privativo, duas celas (feminina e masculina), um banheiro, uma sala de papiloscopia e uma sala de pré-distribuição.

O projeto prevê ainda salões para bens apreendidos, espaço para arquivo de documentos, copas e banheiros para servidores, banheiros para público, depósito geral, sala de certidões, salas para a Defensoria Pública, Ministério Público e OAB, além de salas de depoimentos sem danos, guarita e lixeira para coleta seletiva.

Todo o projeto está em consonância com a Resolução nº 114/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário. A norma regulamenta áreas mínimas para cada ambiente, disposição de rampas, banheiros acessíveis, balcão de atendimento, por exemplo.

LINK: <https://www.portalr10.com/noticia/23546/tj-pi-recebe-doao-de-terreno-para-construo-do-novo-frum-de-floriano>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Cidade Verde	25.03.2019	-	-

[TJ-PI recebe doação de terreno para construção do novo fórum de Floriano](#)

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), desembargador Sebastião Ribeiro Martins, recebeu do prefeito de Floriano, Joel Rodrigues, na manhã desta sexta-feira (22), o termo de doação do terreno onde será construído o novo Fórum da cidade, no bairro São Borja. O processo licitatório para a construção da obra já está em andamento e a previsão é de que a ordem de serviço seja assinada no mês de julho. O investimento estimado é da ordem de R\$ 9,6 milhões.

De acordo com o projeto arquitetônico, o prédio contará com 2.104,07 m² de área construída e quatro blocos, que abrigarão as 1^a, 2^a e 3^a Varas, o Juizado Especial Cível e Criminal, auditório para 125 pessoas. Cada unidade judiciária contará com secretaria, sala de audiências, gabinete com recepção, sala de assessores e banheiro privativo. No caso do JECC, haverá inda salas para juízes leigos e conciliadores.

O Fórum contará ainda com estrutura para realização de audiências de custódia, com duas salas para assistentes sociais e psicólogos, uma sala de atendimento ao detento, um posto médico, duas salas para Núcleo de Penas Alternativas, uma sala de audiência, um gabinete com banheiro privativo, duas celas (feminina e masculina), um banheiro, uma sala de papiloscopia e uma sala de pré-distribuição.

O projeto prevê ainda salões para bens apreendidos, espaço para arquivo de documentos, copas e banheiros para servidores, banheiros para público, depósito geral, sala de certidões, salas para a Defensoria Pública, Ministério Público e OAB, além de salas de depoimentos sem danos, guarita e lixeira para coleta seletiva.



Todo o projeto está em consonância com a Resolução nº 114/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário. A norma regulamenta áreas mínimas para cada ambiente, disposição de rampas, banheiros acessíveis, balcão de atendimento, por exemplo.

LINK: <https://cidadeverde.com/floriano/97175/tj-pi-recebe-doacao-de-terreno-para-construcao-do-novo-forum-de-floriano>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Viagora	25.03.2019	-	-

TJ-PI recebe doação de terreno para novo fórum de Floriano

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), desembargador Sebastião Ribeiro Martins, recebeu do prefeito de Floriano, Joel Rodrigues, na manhã desta sexta-feira (22), o termo de doação do terreno onde será construído o novo Fórum da cidade, no bairro São Borja. O processo licitatório para a construção da obra já está em andamento e a previsão é de que a ordem de serviço seja assinada no mês de julho. O investimento estimado é da ordem de R\$ 9,6 milhões.

De acordo com o projeto arquitetônico, o prédio contará com 2.104,07 m² de área construída e quatro blocos, que abrigarão as 1^a, 2^a e 3^a Varas, o Juizado Especial Cível e Criminal, auditório para 125 pessoas. Cada unidade judiciária contará com secretaria, sala de audiências, gabinete com recepção, sala de assessores e banheiro privativo. No caso do JECC, haverá inda salas para juízes leigos e conciliadores.

O Fórum contará ainda com estrutura para realização de audiências de custódia, com duas salas para assistentes sociais e psicólogos, uma sala de atendimento ao detento, um posto médico, duas salas para Núcleo de Penas Alternativas, uma sala de audiência, um gabinete com banheiro privativo, duas celas (feminina e masculina), um banheiro, uma sala de papiloscopia e uma sala de pré-distribuição.

O projeto prevê ainda salões para bens apreendidos, espaço para arquivo de documentos, copas e banheiros para servidores, banheiros para público, depósito geral, sala de certidões, salas para a Defensoria Pública, Ministério Público e OAB, além de salas de depoimentos sem danos, guarita e lixeira para coleta seletiva.

Todo o projeto está em consonância com a Resolução n° 114/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário. A norma regulamenta áreas mínimas para cada ambiente, disposição de rampas, banheiros acessíveis, balcão de atendimento, por exemplo.